



ENEPEX

ENCONTRO DE ENSINO,
PESQUISA E EXTENSÃO

8° ENEPE UFGD • 5° EPEX UEMS

DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL COMO SUBSÍDIO À GESTÃO DAS ÁREAS DE VULNERABILIDADE AMBIENTAL DA CIDADE DE CORUMBÁ – MS

Nayane Cristina Costa Silva¹; Graciela Gonçalves de Almeida¹; Joelson Gonçalves Pereira²

UFGD/FCBA – Caixa Postal 533, 79.804-970 – Dourados – MS, E-mail: nayane-criss@hotmail.com

¹Acadêmicas do Curso de Gestão Ambiental da Faculdade de Ciências Biológicas e Ambientais. FCBA/UFGD. ²Orientador, Docente da Faculdade de Ciências Biológicas e Ambientais FCBA/UFGD.

RESUMO

O processo de urbanização no Brasil é caracterizado por um crescimento muito rápido e desordenado na maioria de suas cidades, o que produz uma série de desafios à sustentabilidade e qualidade de vida nesses locais. O avanço das cidades sobre áreas de vulnerabilidade é um dos principais aspectos desses desafios, uma vez que predispõe parte de sua população à suscetibilidade de sofrerem perdas e danos motivados por agravos ambientais. A cidade de Corumbá reflete esses desafios, uma vez que parte de sua população urbana se encontra em áreas de alta vulnerabilidade ambiental. Neste sentido, o objetivo deste trabalho consistiu em realizar um diagnóstico socioambiental, como forma de caracterizar a realidade dos moradores afetados por agravos ambientais em áreas de alta e média vulnerabilidade ambiental na cidade de Corumbá-MS, visando contribuir na elaboração de proposições que possibilitem o aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão previstos no Plano Diretor Municipal. O diagnóstico foi realizado junto a 40 moradores dos bairros Popular Velha e Cristo Redentor de Corumbá. O levantamento permitiu caracterizar os principais problemas enfrentados pelas famílias residentes em áreas de alta e média vulnerabilidade ambiental e a vivência da comunidade em face dos agravos ambientais presenciados no local, a esse respeito, constatou-se que 86% dos pesquisados informaram que suas residências já foram acometidas por agravos ambientais provocados pela chuva ou por movimentos de

massa e 85% dos moradores consultados estão sofrendo de forma constante com esses acontecimentos.

Palavras-chave: Plano Diretor, agravos ambientais, uso e ocupação do solo.

INTRODUÇÃO

Historicamente, o processo de urbanização e crescimento das cidades brasileiras ocorreu à revelia de uma política de planejamento urbano, a qual poderia ter minimizado os atuais conflitos relacionados ao uso e ocupação do solo e os problemas socioambientais dele decorrentes. O avanço das cidades sobre áreas de vulnerabilidade ambiental (encostas, fundo de vale, Área de Preservação Permanente – APP, e entre outras áreas de riscos ambientais), é uma das consequências mais visíveis desse processo e que também reflete a deficiência das políticas públicas nos setores de habitação e infraestrutura (HAYAKAWA, 2008).

A lei nº 6.766 de dezembro de 1979, em seu art. 3º, parágrafo único, preconiza sobre a restrição da expansão urbana sobre áreas de vulnerabilidade ambiental (Brasil, 1979). Porém, apesar dos impedimentos previstos pela legislação, na prática, a ocupação dessas áreas acaba sendo induzida pela especulação imobiliária, uma vez que a supervalorização de imóveis, particularmente nas áreas centrais ou dotadas de infraestrutura, impede o acesso ao solo urbano por parte da população de baixa renda, levando esta a se estabelecer em locais excluídos do mercado imobiliário, geralmente, representados pelas áreas de risco e de alta vulnerabilidade ambiental (PÓLIS *et al.*, 2001).

A cidade de Corumbá-MS apresenta em seu perímetro uma vasta área de problemas ambientais. O arruamento simétrico e quadriculado inclui quarteirões inteiros em áreas de fundo de vale e sobre as encostas íngremes dos morros que cercam sua periferia, o que impõem parte de sua população a uma condição de vulnerabilidade (PEREIRA, 2011).

O objetivo deste trabalho foi de realizar um diagnóstico socioambiental, como forma de caracterizar a realidade dos moradores afetados por agravos ambientais em áreas de alta e média vulnerabilidade ambiental, na cidade de Corumbá-MS, de forma que diante das contradições, o presente trabalho possa contribuir à elaboração de proposições que visem o aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão previstos no

Plano Diretor Municipal, de forma que se estabeleçam diretrizes de intervenção nesses locais, tendo em vista a regularização e o reordenamento ambiental nessas áreas.

METODOLOGIA

O trabalho é conduzido sob a forma de uma pesquisa empírica, de caráter qualitativa, não experimental, visando a elaboração de um estudo de diagnóstico socioambiental. A área estudada envolve os Bairros Popular Velha e Cristo Redentor, em Corumbá-MS, nos quais o diagnóstico foi realizado com 40 moradores, cujas residências se localizavam em áreas de alta e média vulnerabilidade ambiental.

A aplicação do questionário permitiu a consolidação de dados e informações envolvendo os aspectos socioambientais ligados à realidade dos moradores e de seus locais de moradia, dentre os quais, a frequência de ocorrência dos agravos ambientais, o histórico de ocupação da área, o motivo da ocupação, a opinião da comunidade sobre a atenção do poder público ao local, o nível de conhecimento dos moradores sobre o Plano Diretor Municipal e seus instrumentos, dentre outros.

O questionário empregado na pesquisa socioambiental foi composto de questões objetivas, sendo que para sua elaboração, assim como para a tabulação dos resultados, utilizou-se a ferramenta do *Google Docs*, disponibilizada pelo provedor Google aos seus usuários cadastrados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa permitiu caracterizar os principais problemas enfrentados pelas famílias residentes em áreas de alta e média vulnerabilidade ambiental e a vivência da comunidade em face dos agravos ambientais presenciados no local.

Dos 40 moradores representantes dos domicílios consultados 86% responderam que já registraram em suas residências algum evento de agravo ambiental, sendo 70% com situações de alagamentos, 11% com problemas provocados por enxurradas e outros 5% acometidos por eventos relacionados a deslocamentos de rocha das encostas da morraria. Por outro lado, 14% dos consultados informaram não terem sofrido qualquer problema de agravo ambiental durante o período em que vivem na área.

Devido esses eventos, 57% dos residentes informaram que tiveram algum tipo de perdas e danos materiais.

Em relação à frequência dos agravos, 50% da população afetada vivenciam esses desastres sempre que chove muito (chuvas fortes e intensas), outros 35% informam que os eventos ocorrem sempre quando chove. Isso significa que 85% dos consultados estão sofrendo de forma constante com esses agravos.

Somente no último período de chuvas (novembro de 2013 a maio de 2014) 66% dos imóveis de moradores participantes da pesquisa foram acometidos por eventuais problemas de alagamentos, enxurradas ou deslocamentos de rocha.

Esses acontecimentos ocorrem em virtude do local ser uma área de fundo de vale, sendo o seu talvegue alimentado por um córrego perene. Nestas condições, o local deveria ter sido mantido com uma APP (área de preservação permanente). No entanto, por ter sido convertido em área residencial, tornou-se sujeito a esses agravos. Apesar disso, 62% dos moradores consultados alegam desconhecerem que a área se trata de uma APP, e 23% não entendem sobre o assunto.

Perante esses acontecimentos 87% dos moradores questionam sobre a falta da atenção do Poder Público, onde constatou-se que 97% nunca receberam propostas de desapropriação da área, sendo que, 47% da comunidade deseja sair do local e realocar na parte alta da cidade e 33% também desejam sair do local, desde que continuassem residindo no mesmo bairro, pois a preferência é mudar de espaço e não de bairro, somente 20% preferem continuar no mesmo local, ou seja, na mesma residência e espaço.

A pesquisa ainda constatou que 90% das pessoas consultadas não conhecem o Plano Diretor e 85% não sabem informar se o município dispõe desse instrumento. Tal situação sugere uma falta de interação entre o Poder Público e a população local na condução de uma política de planejamento municipal que seja democrática e participativa. Ressalta-se que toda sociedade deve ser estimulada a conhecer e participar da elaboração do Plano Diretor, uma vez que a mesma tem um papel fundamental para que sua cidade cresça de forma organizada, contribuindo na busca da qualidade de vida para todos.

Mesmo com todos os problemas identificados nos bairros, os mesmos ainda estão em processo de urbanização, ou seja, a área continua recebendo novas residências e famílias. Verifica-se, que nestas condições é necessária a gestão urbana desse local, seguindo o modelo de urbanização que o Estatuto das Cidades Lei 10.257 de Julho de 2011 estabelece para a regularização e o reordenamento ambiental, e assim o aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão previstos no Plano Diretor Municipal.

CONCLUSÃO

O diagnóstico realizado nos bairros Popular Velha e Cristo Redentor em Corumbá permitiu identificar os principais agravos ambientais e perdas que os moradores estão enfrentando, sendo que os alagamentos atualmente é o principal agravo ambiental, causa que ocorre sempre quando chove muito. Por meio das informações foi compreendido que por ser uma área caracterizada como fundo de vale a mesma não deveria continuar sendo urbanizada, pois mesmo com essas áreas ocasionando todos os problemas mencionados, o processo de ocupação desses locais por novos moradores ainda permanece em curso.

A falta de conhecimento sobre o Plano Diretor impede que parte dos moradores busquem participar na formulação de uma política de planejamento municipal e até mesmo na busca por seus interesses, sendo que a participação é de suma importância para realizar o ordenamento da cidade, impedindo até mesmo a ocupação de mais pessoas nessas áreas de risco ambiental.

A atenção do Poder Público frente aos problemas de vulnerabilidade ambiental qualificada como péssima pelos moradores entrevistados, é um dos casos que deveria ser ao menos minimizado, pois infelizmente a ocupação de áreas de vulnerabilidade ambiental é uma alternativa que sobra para a população de baixa renda, onde em muitos casos os moradores não possuem moradia digna e necessitam de condições como infraestrutura básica, o que poderia ser revisto pelo Poder Público.

A proposição ideal, seguindo o modelo de urbanização que o Estatuto das Cidades Lei 10.257 de Julho de 2001 estabelece é realocar a população estabelecida nesses locais e reassenta-las em áreas livres de condição de vulnerabilidade e destinar a essas áreas que se apresentam com alto e médio grau de vulnerabilidade a uma função como lazer e recreação com a implantação de parques urbanos, uma vez que, se essas áreas não forem destinadas a uma função acabam sendo expostas a novos processos de ocupação.

AGRADECIMENTOS

Ao Ministério das Cidades e Ministério da Educação, pelo apoio financeiro, por meio do PROEXT 2014 ao programa de extensão “Oficinas comunitárias para gestão urbana participativa em Mato Grosso do Sul” e à Fundect, pelo fomento ao projeto de pesquisa “Identificação de áreas de vulnerabilidade ambiental em áreas urbanas de Mato Grosso

do Sul”, dos quais este trabalho é parte integrante e ao Professor Drº Joelson Gonçalves Pereira pelo exemplo e dedicação ao trabalho e orientação.

REFERÊNCIAS

HAYAKAWA, I. F. Situações de risco ambiental como definidoras de inflexões no planejamento e na gestão urbana um estudo na cidade de Curitiba-Paraná. Curitiba, 2008.

PEREIRA, J.G; PEREIRA, L.E. Uso de imagens CBERS 2B e dados SRTM no mapeamento de áreas de vulnerabilidade ambiental na cidade de Corumbá-MS. Anais XV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR, Curitiba, PR -2011.

PÓLIS. Estatuto da Cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos. Instituto Pólis/Laboratório de Desenvolvimento Local..Brasília, 2001. Disponível em: <www.planodiretor.saolourenco.sc.gov.br/leis/Estatuto%20das%20Cidades.pdf> Acesso: 27/04/14.